

POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SUA INTERFACE COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES.

*Myrtes de Aguiar Macêdo*¹

Introdução

As transformações da produção, com profundas repercussões no mundo trabalho, têm impactado a política de formação profissional no país, nos anos 90. As análises indicam redefinições dos sistemas educacionais e de formação profissional que, segundo Frigotto (1998a), se expressam tanto na sua perspectiva econômico-social, quanto em sua função ideológica. Assim, nesse novo cenário emerge um conjunto de questões que desafiam os pesquisadores interessados neste domínio.

Este artigo tem como foco de reflexão a questão da formação profissional no contexto da informalização do trabalho no Brasil cujas expressões principais são os programas de capacitação que se voltam para a propagação de experiências articuladas em torno da ideologia do auto-empresendedorismo.

Trata-se de uma temática de investigação ainda pouco explorada no âmbito do Serviço Social, mas, que vem ganhando grande visibilidade no seu campo de intervenção, dada a implementação de políticas governamentais de formação profissional que se concretizam através de parcerias com agentes institucionais da área de assistência social. Isto se expressa, predominantemente, através de projetos de capacitação profissional voltados para grupos de produção comunitária e cooperativas de trabalho. Essas novas organizações do trabalho são vistas como vias inovadoras de incorporação produtiva dos desempregados, compondo, em muitos casos, o que se denomina hoje “economia popular”.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO e coordenadora da pesquisa: Trabalho e formação técnico-profissional em desenvolvimento neste departamento, com o apoio do CNPq e da FAPERJ.

Tais iniciativas, não obstante seu valor no sentido de motivação do desempregado na busca de uma nova atividade de trabalho, têm suscitado alguns questionamentos que despertam nossa atenção, principalmente, no que tange ao seu significado em termos de formação profissional e também, no que se refere ao seu impacto no enfrentamento do desemprego no país, num contexto fortemente marcado pela precarização do trabalho.

Nossas reflexões se dirigem para os processos de formação profissional voltados para os trabalhadores semi-qualificados da "economia informal" ou segundo a denominação da vertente crítica, os trabalhadores precarizados. (Antunes, 1999: 104)

Algumas pesquisas apontam, em relação a esse segmento, que a expansão do trabalho mais precarizado atinge principalmente as mulheres, sugerindo assim, que o trabalho feminino vem sendo caracterizado, predominantemente, pelas ocupações de maior informalidade e precarização.

Pretendemos, neste texto, recuperar os principais argumentos a respeito da formação profissional em sua interface com a assistência social presentes no debate teórico político nos anos 90, segundo alguns pesquisadores dedicados a este campo temático.

As Novas Estratégias de Formação Profissional no Brasil nos anos 90

É crescente o interesse pela questão da formação e educação profissional, na década de 90, no Brasil. A preocupação com o tema vem envolvendo um conjunto bastante heterogêneo de atores sociais: sindicatos, ONGs, empresas, organizações estatais, universidades, entre outros.

Dois conjuntos de fatores articulados são identificados pelos analistas desse processo de retomada da temática na atualidade. Na visão de Hirata (1999), esse interesse renovado pela formação profissional pode ser periodizado em dois momentos. No primeiro, a questão da formação profissional se traduz numa exigência própria das inovações tecnológicas e organizacionais no âmbito das empresas. Esta fase tem como expressão as mudanças nas organizações produtivas dos anos 80 que passaram a demandar uma mão-de-obra mais qualificada e melhor preparada. No segundo momento, o desemprego em massa dos anos 90 motivou a busca de outras práticas institucionais e a discussão de novas estratégias

de formação profissional abrangendo diversos atores sociais. Referem-se, portanto, a esse segundo momento as reflexões aqui apresentadas.

Nesse contexto, a formação profissional é alçada a elemento constitutivo de uma política de emprego no Brasil, tornando-se centro de interesse de múltiplos agentes, mediante a difusão da idéia de que a formação poderia ser uma estratégia de combate ao desemprego. Nesta perspectiva, a idéia de empregabilidade ganha força na articulação das propostas de formação profissional. Para Hirata, “a noção de **empregabilidade**, usada para designar características individuais de **aptidão** a ocupar um emprego, terminou por **naturalizar** a associação entre a posse de uma ocupação e dispositivos de formação” (Hirata, 1999:13). Hirata ainda chama a atenção para o sentido inverso atribuído a noção de **inempregabilidade**, a qual transfere a responsabilidade pela situação de desemprego ao próprio trabalhador por não possuir a capacitação necessária para garantir a si próprio um emprego. Essa lógica, cuja base de sustentação está centrada na dimensão individual, nos leva a suposição de que pela formação o trabalhador teria as condições de mobilidade de uma situação de desemprego para a de empregado.

Em oposição a esta concepção, contamos atualmente com uma literatura crítica bastante expressiva, a qual aponta outros fatores, sobretudo, os macroeconômicos, para além da educação profissional que influenciam decisivamente as diferentes situações de trabalho, de emprego, e de atividade ocupacional no Brasil de hoje. Algumas pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional, respaldam empiricamente essa crítica, trazendo a contribuição de especialistas na área de educação, trabalho e formação profissional. Entre os estudos recentes neste domínio, se inclui o “Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico” realizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos e a Rede Unitrabalho, divulgado em 1999, que apresenta um cuidadoso balanço crítico das ações de educação e formação profissional desenvolvidas no Brasil pelas mais diversas instituições sociais. Este estudo, muito apropriadamente, toma como ponto de partida uma revisão conceitual da noção de **formação** tendo como referência as categorias de atividades sociais incluídas como formativas, segundo as especificidades históricas da realidade brasileira. Para tanto, a pesquisa fez um rastreamento das políticas neste domínio, começando pelas práticas dos organismos tradicionais de formação

profissional, como o “Sistema S” até as experiências institucionais mais recentes fomentadas, nos últimos cinco anos, no âmbito da Secretaria de Formação Profissional (SEFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A preocupação com uma maior precisão no uso da noção de **formação profissional** neste debate, torna-se indispensável, visto que essa categoria tem sido usada para designar ações bastante diversificadas. Num sentido amplo, o uso da expressão formação profissional designava as iniciativas não escolares, informais destinadas a treinamentos específicos para o exercício profissional, desenvolvidas, sobretudo, por instituições não integradas ao sistema educacional do país. Referindo-se à diversidade de iniciativas denominadas de formação profissional no Brasil, Moraes (1999) comenta: “Convencionou-se incluir entre essas iniciativas não integradas ao sistema nacional de educação as ações filantrópicas, assistencialista, dirigidas à população desescolarizada ou de baixa escolaridade, como substitutivas do ensino regular”. Neste sentido, os cursos profissionalizantes promovidos no campo da Assistência Social têm sido uma de suas expressões mais recorrentes, configurando-se como mediações de práticas assistenciais.

Historicamente, tem-se verificado uma visível dicotomia entre a formação profissional e a formação escolar no Brasil. Com a Lei N.º 9.394/96 (LDB), mediante a introdução do conceito de “educação profissional” busca-se uma reorientação das políticas educacionais a partir de um novo paradigma. Trata-se de uma tentativa de incorporação da noção de formação na “educação profissional” enquanto categoria mais abrangente e integradora das diversas ações formativas. Como desdobramento dessa inovação conceitual, no campo das políticas sociais verifica-se a expansão de programas de âmbito nacional que se auto definem nesta perspectiva. A respeito desta revisão conceitual, Moraes (1999) constata: “Propondo-se a enfrentar esses problemas, a nova legislação preconiza a democratização e diversificação dos sistemas de Educação Profissional, através da construção de redes de parcerias e da articulação com os setores produtivos”. Em termos operacionais, as redes de parcerias ampliam o número de agentes institucionais integrados ao sistema de Educação Profissional, a medida que articula tanto modalidades e níveis do sistema regular de ensino, como cursos não formais, denominados estritamente de formação ou qualificação profissional. Com essa configuração, o sistema de educação

profissional brasileiro, na década de 90, torna-se bastante heterogêneo e diversificado.

A desescolarização do ensino profissional, permitida por esse sistema, termina por reproduzir e mesmo aprofundar a dualidade do ensino brasileiro expressa na separação entre educação geral e educação profissional, quando a proposta seria de unificação. Desta forma, o sistema, além de propiciar a continuidade da focalização da formação profissional nos trabalhadores de baixa escolaridade, reforça seu traço assistencialista ao conceber ações formativas como paliativo ao desemprego.

Assim, é possível identificar um amplo e diversificado conjunto de experiências de formação profissional protagonizadas por ONGs, em parceria com organismos estatais, construídas na perspectiva da “empregabilidade”. A tese da empregabilidade como base de sustentação do PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional) oculta as causas estruturais do desemprego terminando como já foi mencionado antes, por culpabilizar os próprios trabalhadores pelo desemprego.

Um dos principais argumentos críticos dessa tese consiste no reconhecimento de que as políticas governamentais no domínio da formação profissional, seguindo a ideologia da empregabilidade, transferem para o universo do trabalhador as limitações do mundo do trabalho expressas através das alterações marcantes no mercado de trabalho no Brasil (Baltar, Dedecca e Henrique: 1996). Uma matéria divulgada pelo jornal Folha de São Paulo (01.05.98) sobre a situação de desemprego no Brasil, com base na pesquisa do professor Márcio Pochmann, afirma que a década de 90, além de ter criado uma multidão de desempregados piorou a qualidade das ocupações. Esta matéria evidencia o crescimento tanto do desemprego como do trabalho assalariado sem carteira assinada, desnudando a face perversa do mercado de trabalho brasileiro. A análise dos dados divulgados sugere, na visão do pesquisador, que a abertura da economia ao exterior nos anos 90 ampliou os efeitos da crise, chegando a produzir 3.3 milhões de desempregados. Nesta direção, converge a análise de Ricardo Antunes (1995) ao reconhecer na transformação do mundo do trabalho no Brasil, uma dupla processualidade caracterizada, de um lado, por uma “desproletarização do trabalho industrial, fabril” e de outro, por uma “proletarização intensificada” cujas expressões são o

trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Trata-se, na ótica do autor, de uma processualidade contraditória e multiforme que vem provocando heterogeneidade, fragmentação e complexificação da classe que vive do trabalho. Em conseqüência, esse processo de transformação no trabalho tem acarretado grande impacto na questão da qualificação e formação profissional.

Nos anos 90, o crescimento da informalização do trabalho no Brasil ganha amplitude em conseqüência da crise no mercado formal de trabalho e dos programas governamentais que estimulam as mais variadas formas de mobilização e organização do trabalho fora das relações de assalariamento, como também através da rede de difusão do cooperativismo popular articulada pelas organizações não-governamentais.

O plano estadual de qualificação profissional vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho do Rio de Janeiro (SETRAB/RJ) consubstanciado, no programa **Trabalhar e Aprender – Qualificação para a Cidadania**, em 1999, segundo seus responsáveis, cresceu no sentido do “exercício de parcerias”, estendendo-se a 91 municípios do estado, com a realização de um total de 691 cursos. Estes, incluem ações de capacitação profissional integradas a outras instâncias do governo, tais como: polícia militar, polícia judiciária, corpo de bombeiros, guarda municipal da cidade do Rio de Janeiro, entre outros; e ainda cursos voltados para “clientela especiais”, por exemplo: “portadores de necessidade especiais”, “detentos do sistema penitenciário”, “egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de liberdade assistida”, focalizando preferencialmente “comunidades de baixa renda”. Conforme relatório do Programa referente ao ano de 1999, a escolaridade, considerada elemento central na questão da empregabilidade orientou as ações formativas no Estado, no sentido dos “cursos profissionalizantes com elevação de escolaridade”. Para o ano de 2000, o Programa Trabalhar e Aprender, seguindo as prioridades MTE, definiu como público-alvo: desempregados, desempregados buscando o primeiro emprego, microempreendedores beneficiários do PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) e do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), trabalhadores em risco de desemprego assalariados, cooperados, entre outros (Prog. Trab. Aprender - Qualificação para a cidadania 2000).

Na ausência de uma sistemática de avaliação que envolva todos os agentes formativos inclusive seus beneficiários – os trabalhadores – é interessante trazer para a discussão, neste texto, alguns resultados de avaliações do PLANFOR/MTb, a partir do ponto de vista das centrais sindicais: (CUT, CGT, Força Sindical) recolhidos em estudo recente pelos pesquisadores Souza, Santana e Deluiz.²

Para a CUT, através de seu 5º CONCUT (1994), a Formação Profissional deve ser concebida como parte de um projeto educativo e emancipador do trabalhador não podendo portanto, ser reduzida a uma mera preparação técnico-instrumental. Com este entendimento sobre formação profissional, a CUT considera que a proposta de resolver o problema do desemprego através do ensino profissionalizante é “uma falácia ideológica, veiculada no discurso de setores governamentais e empresariais” (Souza, Santana e Deluiz: 1999). Entre as críticas elaboradas pela CUT em relação ao PLANFOR destacam-se as seguintes:

- 1) volume de recursos inexpressivo quando comparado ao conjunto global de recursos do Sistema “S”;
- 2) ênfase em cursos de curta duração desvinculados da realidade do mercado de trabalho;
- 3) alto grau de autonomia da SEFOR / MTb no gerenciamento dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A central, mesmo reconhecendo a ineficácia dos programas de qualificação profissional para o enfrentamento do desemprego, aponta a possibilidade de o movimento sindical vir a recuperar esses programas no sentido de torná-los parte de um projeto educativo mais amplo e emancipador segundo os objetivos dos trabalhadores.

A CGT mostra-se crítica quanto à eficácia do PLANFOR considerando que este se pauta, principalmente, em cursos rápidos com pouco aprofundamento em seus conteúdos e em muitos casos sem vinculação com o mercado de trabalho. Por outro lado, a CGT atribui ao movimento sindical a tarefa de avaliar sua atuação neste programa e considera positiva a possibilidade que o PLANO oferece ao movimento sindical de acesso as verbas do FAT o que viabilizou sua atuação no campo da educação e formação profissional.

² Souza, D B de; Santana, M. A.; e Deluiz, N. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Quartet Editora, 1999.

Para a Força Sindical, um dos aspectos positivos do PLANFOR se constituiu na abertura, que o plano possibilitou de atuação de diversos atores sociais na formação profissional, visto que, até então, as ações de qualificação eram desenvolvidas hegemonicamente pelos empresários através do sistema “S”. Por outro lado, a Força sindical atribui ao PLANFOR, um caráter emergencial no âmbito de uma política de emprego, não atribuindo a esse plano de formação profissional capacidade de articular a educação geral à formação profissional. Neste sentido, identifica como um dos maiores obstáculos a configuração de um Plano Nacional de Formação Profissional integrado à Educação geral a desarticulação existente entre organismos públicos nacionais – MEC e MTb – que não conseguem estruturar uma política integrada de educação.

Com a liberação dos recursos do FAT para os programas de capacitação profissional promovidos por atores sociais diversos, o governo transforma as ONGs e as centrais sindicais em parceiras, e protagonistas importantes na conformação da política de formação profissional que vem sendo implementada, sob a direção do Estado.

A Face Assistencial das Propostas de Formação Profissional Articuladas pelo PLANFOR

Desde 1995, o governo federal através da Secretária de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, instituiu o PLANFOR tendo como objetivo explícito “mobilizar, articular e otimizar, gradualmente, toda a capacidade e competência da rede de educação profissional no país”. Nessa rede, atribui-se às organizações não governamentais, preferencialmente, o desenvolvimento de ações formativas focalizadas em comunidades pobres voltadas para o atendimento “a jovens e adolescentes em situação de risco social”. Entre as prioridades definidas nessa política destaca-se sua ênfase em “estimular e apoiar a ampliação da oferta de emprego e de oportunidade de geração de renda, buscando alternativas de trabalho autogerido, associativo ou em micro e pequenos empreendimentos”. Desta forma, a política de educação profissional delineada pelo PLANFOR deixa evidente o seu direcionamento para atividades de geração de emprego e renda na economia informal.

O mapeamento dos organismos estatais e organizações não governamentais que prestam assessoria aos grupos de produção comunitária e cooperativas de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, realizado pela equipe da pesquisa integrada: “Trabalho e Formação Técnico-Profissional do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO³”, em 1999, revela que o campo da informalização do trabalho, mostra-se muito diversificado em suas proposições e carente de efetividade em suas práticas de formação profissional.

A vertente crítica de educadores que pesquisa a relação trabalho - educação levanta uma série de questionamentos que envolvem, hoje, essa relação no Brasil. Aqui, vamos incorporar alguns elementos dessa crítica, a partir das reflexões de Frigotto (1998a), que procura identificar a base da nova hegemonia no país e seu projeto conservador no plano educacional buscando interpretar o significado da LBD na legitimação desse projeto. Nesse sentido, sublinha, em primeiro lugar, o deslocamento do papel da educação e da formação profissional no sentido de sua utilização como “estratégia de alívio à pobreza”. Trata-se, segundo o autor, de uma reforma educativa inspirada nos ditamos do Banco Mundial que tem sua base de sustentação centrada nas perspectivas das habilidades básicas e das competências para a empregabilidade. Nesta visão, trata-se de “um projeto alheio aos anseios históricos da sociedade brasileira, fundado nas diretrizes político-administrativas e pedagógicas dos organismos internacionais, mormente o Banco Mundial” (Frigotto: 1998b). Sob esta orientação, a formação profissional básica de jovens e adultos com risco de desemprego ou desempregado desloca-se do Ministério da Educação para o Ministério do Trabalho. Este último detém os recursos do FAT que são acionados para a consecução de parcerias voltadas para a execução de projetos e atividades pontuais e tópicas identificadas como de capacitação profissional e geração de emprego e renda.

Transformando-se numa política de caráter compensatório, os programas de capacitação vêm reproduzindo a descontinuidade

³ Compõem a equipe desta pesquisa, sob a nossa coordenação, os seguintes bolsistas: Assistente Social Áurea Cristina Santos Dias como assistente de pesquisa e bolsista de Apoio Técnico da FAPERJ e os bolsistas de Iniciação Científica, alunos da PUC-RIO, que se seguem: Elizângela de Veras Batista, Simone Souza Pires e Ivan Freire Fonseca.

que tradicionalmente define as práticas assistenciais no Brasil. Diante da crise do mercado de trabalho brasileiro, o governo, apoiado na ideologia da empregabilidade, passa a idéia de que os cursos de capacitação profissional se constituem no passaporte para a reinserção nesse mercado ou para o trabalho autônomo.

Partilhamos da idéia de que um dos questionamentos centrais no debate sobre as diretrizes gerais da política de formação profissional do governo consiste no deslocamento da responsabilidade social do Estado no enfrentamento do desemprego para o âmbito individual, visto que a responsabilidade pela inserção e permanência no mercado de trabalho recai exclusivamente nos "indivíduos empregáveis". Tratando-se de jovens com baixa escolaridade e reconhecidos na categoria de "risco social", o discurso da empregabilidade passa a focalizar à capacidade individual desses jovens trabalhadores de inserção na realidade do trabalho informal. A noção de informalidade no trabalho abrange um universo que envolve formas de mobilização da força de trabalho fora das relações de assalariamento e dos direitos sociais, tais como os chamados grupos de produção comunitária ou cooperativas populares. Segundo Tiriba (1998), o Rio de Janeiro apresenta um grande crescimento de iniciativas de geração de emprego e renda localizadas nesse setor, chamado de economia popular. Este ainda é um terreno desconhecido, cheio de incertezas no que se refere às reais condições de trabalho, limitando-se, na visão dos críticos, à construção de novas formas de "produção da sobrevivência". A hipótese levantada por Frigotto sintetiza o desafio que esta nova realidade de trabalho coloca reconhecendo: "por um lado, uma materialidade de formas de sobrevivência, organização e relações de trabalho diversas das formas dominantes e resultantes do mercado formal de trabalho e, de outro, o desafio de entender os processos de formação humana articulados a esta nova realidade". (Frigotto, 1998a). Coloca-se aí uma grande provocação aos profissionais que atuam tanto nos projetos de formação para o trabalho, como aos que se encontram vinculados às organizações de assessoria às cooperativas populares ou grupos de produção comunitários. Surgem nesse contexto, mais perguntas que respostas.

Essas reflexões nos fazem retomar alguns elementos que configuram a lógica das políticas de alívio à pobreza, no Brasil. Parte da literatura que se volta para o balanço do governo FHC na

segunda metade da década de 90, tem chamado a atenção para a tendência desse período na conformação de um “sistema dual de proteção social”. De um lado, encontra-se o plano de proteção social contributivo que se refere aos benefícios sociais securitários, e de outro, o plano de proteção social não contributivo, caracterizado pelos benefícios sociais assistenciais dependentes da disponibilidade dos escassos recursos orçamentários da União. Localizam-se nesse subsistema assistencial, enfrentando limitações de recursos e conseqüentemente de efetividade e cobertura, todas as políticas denominadas de combate à pobreza. Para refletir sobre a lógica dessas políticas, Amélia Cohn (2000) recorre a concepção de questão social que lhes é subjacente, a qual vem sendo tratada de forma fragmentada, como uma “série de problemas sociais” que como tais, passam a ser enfrentados de forma isolada e desarticulada entre si. Este entendimento da questão social como é esperado, acarreta conseqüências imediatas nas formas de enfrentamento adotadas pelo Estado. Assim, diz a autora: “ao invés de se enfrentar a pobreza de uma ótica estrutural, vale dizer, da ótica da sua superação, a concepção oficial é de aliviar a pobreza dos grupos socialmente mais vulneráveis” (Cohn: 2000). Neste sentido, a política de Formação Profissional, pela natureza compensatória de que se reveste, é emblemática desta estratégia, visto que ela traduz a descontinuidade, a focalização e a fragmentação no enfrentamento da pobreza. Assim, a questão social da pobreza passa a ser representada, nos termos da análise de Cohn (2000), por “diagnósticos de natureza técnica equacionados pelos limites da possibilidade econômico-financeira do Estado” por um lado e por outro, “pela fragmentação da área social em políticas não só focalizadas em termos de determinados grupos sociais a que são dirigidas, como focalizadas no interior dos próprios setores a que estão vinculadas”. Surge aqui, enquanto estratégia governamental no campo das políticas de alívio à pobreza, a tendência de perseguir a universalização do acesso mas, num patamar mínimo que não consegue extrapolar os limites das necessidades de sobrevivência, confirmando a naturalização da pobreza, conforme vem sendo denunciado pela vertente crítica.

Procurou-se evidenciar aqui, no caso específico da política de formação profissional, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, o seu traço assistencialista marcadamente focalista e compensatório que evidencia tanto seu crescente distanciamento

de um sistema unitário de educação profissional para os trabalhadores, como de uma política pública de emprego.

Para concluir, reconhecemos que estas reflexões confirmam o deslocamento da política de educação profissional para uma política assistencial de alívio à pobreza. Neste sentido, sob a batuta do Estado, vem se conformando de acordo com o Plano Nacional, uma rede de formação profissional cujos agentes formadores, mais sintonizados com uma perspectiva de adestramento, seguem acriticamente às diretrizes da política, disputando os recursos do FAT, conforme as normas estabelecidas. Em consequência, afirmam-se as características homogeneizadoras dessas práticas de natureza assistencial consolidando um esquema de parcerias entre o Estado e organizações privadas sem vinculação com sistema educacional formal, porém, bastante coerente com as propostas de formação profissional e geração de emprego e renda formulados pelos organismos internacionais e incorporados pelo Estado brasileiro como estratégia de enfrentamento do desemprego.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Ed. 1995 (3ª ed).
- _____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BALTAR, Dedecca e Henrique. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil in Mattoso e Oliveira (Org.). *Crise e Trabalho no Brasil – Modernidade ou volta ao passado?* Campinas: Scritta, 1996.
- COHN, A. *As políticas sociais no governo FHC*. Revista de Sociologia da USP - TEMPO SOCIAL, São Paulo, fevereiro de 2000.
- FRIGOTTO, G. A educação e formação Técnico-Profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural in Silva, L. H. (Org.) *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998a.
- _____. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito in Frigotto, G. (Org.) *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*, Rio de Janeiro, Vozes 1998b.
- HIRATA, H. **Apresentação** *Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico Brasil*, São Paulo, CNM / Rede Unitrabalho, 1999.
- KUENZER, A. Z. et alli. *Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico Brasil*, São Paulo, CNM / Rede Unitrabalho, 1999.
- MACÊDO, M. A. *Emprego assistido de adolescentes, crise do trabalho e desafio à intervenção profissional - XVI Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social*, Santiago do Chile, 9-13 Novembro, 1998.
- _____. Necessidades humanas e mínimos sociais: uma reflexão crítica in *O Social em Questão* N° 4, Departamento de Serviço Social da PUC-RIO, 1999.
- MORAES, C. S. V. Introdução - A relação trabalho - educação e o "novo conceito de produção": algumas considerações iniciais in *Diagnóstico da Formação Profissional - Ramo Metalúrgico Brasil*, São Paulo, CNM / Rede Unitrabalho, 1999.

- POCHMANN, M. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*, São Paulo: Contexto, 1999.
- SEFOR/TEM - *Diretrizes Gerais do PLANFOR*, Brasília 1995.
- SETRAB/RJ - *Síntese Crítica do Programa Trabalhar e Aprender* 1999.
- _____. *Programa Trabalhar e Aprender, Qualificação para a Cidadania 2000 - Informações Gerais*.
- SOUZA, D.B. de; Santana, M.A.; e Deluiz, N. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 1999.
- TIRIBA, L. V. *Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado* in Frigotto, G. (Org.) *Educação e Crise do Trabalho: Perspectiva de Final do Século*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.